

OS DESAFIOS DAS QUESTÕES ÉTICAS NO SERVIÇO SOCIAL FRENTE O CAPITALISMO.

Cacildo Teixeira de CARVALHO NETO*

RESUMO: O presente artigo traz à tona a discussão da ética no Serviço Social, as injunções ideológicas, as transformações societárias, as vertentes filosóficas e o trabalho profissional do assistente social frente às relações sociais e econômicas capitalista. Aponta a capacidade humano-genérica e suas categorias ética, moral e liberdade; e ainda a legitimação política da profissão frente seu compromisso ético-político, no reconhecimento do homem como ser social e os desafios apresentados ao assistente social na contemporaneidade.

PALAVRAS CHAVES: capitalismo. desafios. ética. Serviço Social.

A discussão da ética no Serviço Social permeia as questões teórico-metodológicas e técnico-operativas desde a década de 1940, e sabido que a relação determinada e por fim construída entre ética e trabalho profissional perpassou por embates ideológicos e processuais na profissão.

No processo histórico-social brasileiro, as transformações nas relações de poder, aqui econômico e político, desenharam as relações do homem com o meio e com o outro homem, permitiram uma desarmonia econômica, mas uma falsa consonância ideológica. Estas transformações e determinações são congruentes ao capitalismo.

O presente artigo discutirá a ética no Serviço Social frente às determinações capitalista, mas para isso torna-se necessário compreendê-la como capacidade reflexiva sobre os pressupostos sócio-históricos, que exclusiva ao homem, permite sua valoração e transformação sócio-política, rompendo com a realidade posta na estrutura burguesa e reproduzida na superestrutura (ideologia).

Como também, a reflexão sobre o ser social a partir da análise da práxis social e política que permeia suas relações e capacidades humano-genéricas. Mas para que este trabalho contemple tal discussão, remeter-se-á a compreensão das bases teórico-filosóficas intrínsecas na discussão da ética, sob as análises

* Especialista em Docência do Ensino Superior pelas Faculdades Integradas Jacarepaguá (RJ); graduado em Serviço Social pela Universidade de Uberaba (UNIUBE); Assistente Social do Núcleo de Assistência Social da UNIUBE, lotado no Hospital Universitário e Núcleo de Práticas Jurídicas.

das fundamentações teórico-filosóficas presentes na protoforma do Serviço Social e suas influências na ética profissional até o desenvolvimento da capacidade crítica-constructiva frente os desafios ético-políticos.

1 Ética e Ser Social.

O homem, em suas relações social e histórica, é reconhecido como ser social, pois partícipe da construção de si mesmo, do processo de desenvolvimento e transformação da realidade e da sua relação com outros homens, cria sua capacidade de sociabilidade e ética.

Barroco (2008, p. 20) cita Lukács para explicar a relação do ser social e suas categorias ontológicas, pois a fundamentação do ser com sua realidade está nas categorias historicamente presentes, “nas relações sócio-históricas que se indeterminam de forma complexa e contraditória, em seu processo de constituição”.

Lukács (1979) define o ser social como um complexo de categorias como o trabalho, a linguagem etc. As categorias são ontológico-sociais, modos de ser do ser social que não é possível apreender isoladamente, mas apenas no âmbito de uma complexa rede de mediações, postas na totalidade em processo que é o ser social.

Como pode ser visto, o trabalho está na centralidade ontológica do ser social, pois como capacidade exclusiva do homem, o trabalho transforma sua realidade, o meio que o circunda e a relação com os outros, através de sua capacidade teleológica. Lukács aponta ainda que o trabalho é o ponto de partida da humanização do homem. Para Marx (1980) o trabalho “é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portando, de manter a vida humana.”

A relação construída entre o homem e o trabalho, é entendida como práxis, a qual é concebida como atividade, ou o ponto de partida do processo de transformação do ser social e suas mediações.

Para Barroco (1999, p. 122):

A esta ação transformadora se denomina práxis: atividade específica do ser social cujo modelo é dado pelo trabalho [...] o trabalho, como práxis, é o

componente desencadeador do processo de (re)produção do ser social como ser histórico capaz de ser consciente e livre, base de sua capacidade de instituir-se como sujeito ético.

O produto desta práxis acontece na transformação dialética entre o indivíduo e o gênero humano, ou seja, o homem ao desenvolver suas relações entre si e o meio, e entre o próprio homem (reciprocidade), se reconhece como humano-genérico. Entende-se como capacidade humano-genérico as mediações do ser humano com as esferas sociais, que pontencializam sua capacidade emancipatória presentes em sua totalidade social, essas podem assim ser descritas: a universalidade, a sociabilidade, a consciência e a liberdade. Inerentes ao homem, estão intrínsecas a sua condição de ser e agir ético.

A sociabilidade, como descrita, está na práxis humana, mas para que ela aconteça o homem se depara com as relações sociais determinadas; para sua capacidade ética não seria diferente. É necessário compreender que as bases da ética são valoradas a partir do contexto social em que estão inseridas, ou seja, a realidade posta. Entre estas bases destaca-se a liberdade e a moral.

Compreende-se aqui a sociabilidade como inerente a todas as atividades humanas, expressando-se no fato ontológico de que o homem só pode constituir-se como tal em relação com outros homens e em consequência dessa relação; ela significa reciprocidade social, reconhecimento mútuo de seres de uma mesma espécie que partilham uma mesma atividade e dependem uns dos outros para viver. (BARROCO, 2008 p. 22)

Barroco parafraseando Marx diz que:

[...] a liberdade, para Marx, não consiste na consciência da liberdade ou das escolhas, mas na existência de alternativas e na possibilidade concreta de escolhas entre elas. Assim, a liberdade não é apenas um valor ou um estado de perfeição absoluta, mas uma capacidade historicamente desenvolvida e inseparável da atividade que a objetiva. (BARROCO, 2008, p. 26)

A liberdade, assim, pode ser entendida com a capacidade do homem em criar suas escolhas frente à realidade apresentada no seu cotidiano. Para que isso aconteça torna-se necessário, então, romper com a cotidianidade, pois é aí que o homem (re) produz

suas relações, mantendo-se em sua singularidade, não alcançando assim a universalidade e a particularidade das relações. Esta superação exige consciência ética e política, pois não existe ética nem política separadas da vida social.

Frente à realidade determinada, pelas relações sociais de produção e o processo de trabalho, a liberdade depara-se com a alienação, ou seja, a desapropriação da capacidade do homem em se ver como sujeito histórico e social, oposto àquilo que ele mesmo criou. Esse perde seus sentidos naturais e seus valores, há a coisificação e o fetichismo do homem frente o seu trabalho.

As determinações ideológicas determinadas pelo capitalismo, provocam a alienação, impõem normas e valores de conduta para que o sistema e suas relações se mantenham. Assim, estranhas às relações coletivas, determinam as necessidades e interesses de uma classe social – a burguesa.

Entre essas normas e valores impostos, destaca-se aí a moralidade. Mas antes de explicitar a moralidade, torna-se necessário analisar a moral. A moral, segundo Barroco (1999, p. 123):

Tem sua origem nas sociedades mais primitivas, como resposta à necessidade prática de desenvolvimento da sociabilidade inerente ao trabalho e à cultura, a moral é histórica, ou seja, é relativa às condições socioeconômicas e culturais de cada momento histórico.

Mas seus princípios e valores são contraditórios, pois atendem a determinada classe social e a cada momento histórico. Deste ponto de vista, a moral pode ser entendida como moralidade, ou seja, uma forma de medir a socialização dos sujeitos perante as normas e valores determinados. Apontando também o moralismo e o preconceito, como determinação ideológica dos valores morais subjetivos ao homem, “[...] uma forma de alienação moral, pois implica na negação da moral como uma forma de objetivação da consciência crítica, das escolhas livres, de construção da particularidade (BARROCO, 2006, p. 48)”.

Para Mészáros (1981), a moral apoiada nas normas, apresenta um ponto positivo, pois possibilita que o homem alcance a capacidade de emancipação, na luta pela humanização através de

sua participação, por uma moral livre e para superação das relações determinadas.

[...] a moral está vinculada – contraditoriamente – ao desenvolvimento humano-genérico e à sua alienação, pois as formas de reprodução de valores ético-morais são orientadas por valores e princípios sociais humano-genéricos, isto é, universalmente legitimados, mas que podem não ter condições de se universalizar em determinadas condições sociais. (BARROCO, 2008, p. 71)

Como pode ser visto no estudo da ética, valores como moral e liberdade estão no eixo do seu entendimento, tendo suas funções ideológicas compreendidas e ou reproduzidas. A ideologia é construída através de teorias e fundamentações filosóficas que surgiram para explicar a sociedade. Em uma sociedade de classes é veiculada através do seu ethos (modo de ser), que reproduz uma sociedade mercantil, que atribui valores às normas impostas legitimando a ordem burguesa, impondo uma liberdade na lógica do mercado.

Mas a ideologia como instrumento social pode ser analisada por duas vertentes, através das lutas de classe pelo modo de pensar e valorar sob a ótica burguesa e das relações mercantis, na reprodução da cultura e nas relações sociais capitalista; e como enfrentamento das desigualdades sociais, antagônicas a esse ethos burguês, na negação da imposição desse ethos, na dominação e reprodução social, expressando assim idéias e valores ético-humanistas (BARROCO, 2008).

Sistematiza-se assim, as formas como a ideologia é reproduzida em uma sociedade de classes e como pode representar a legitimação do homem nela inserido como sujeito ético. Compreender a ética como categoria inerente ao homem e a ideologia nela inserida, permite-se assim refletir a ética como categoria histórica, pois nasce a partir do momento em que a discussão filosófica passa a se dirigir ao homem, e do homem surge suas representações. Barroco explica que “a reflexão ética possibilita a crítica à moral dominante pelo desvelamento de seus significados sócio-históricos, permite a desmistificação do preconceito, do individualismo e do egoísmo, propiciando a valorização e o exercício da liberdade (1999, p. 126)”.

A partir da reflexão ética, surge a possibilidade de transformação social, de romper com o pragmatismo e a neutralidade social dada ao homem (aquele que detém a força de trabalho) no cenário capitalista; permitindo que este se reconheça como sujeito político em seu tempo, construindo uma sociabilidade com liberdade humanista e igualitária.

Neste momento, tendo o conhecimento sobre a ética nas relações sociais que historicamente se engendraram e se efetivaram na lógica capitalista, podem-se analisar então as características da ética em Marx e no conservadorismo.

A ética e o pensamento conservador refletem o positivismo e suas vertentes - projeto de conservação da ordem -, na valorização da autoridade, da ordem e da tradição; nega à liberdade, a igualdade, a emancipação da mulher, entre outros processos de transformação social humanitária. Já a ética a partir de uma interpretação em Marx, encontra-se na Teoria Social crítica o projeto revolucionário, a superação da sociedade capitalista, dirigida a emancipação do homem.

A partir deste momento, torna-se claro a diferença entre a ética na sociedade capitalista e a ética em uma sociedade igualitária, com base no humanismo e na liberdade do ser social. Evidencia-se que para alcançar esta transformação social o ponto de partida está na mudança das formas de produção, mas este processo deve ser coletivo.

Dentro deste contexto, este trabalho direciona-se para a construção e legitimação histórica e social do Serviço Social frente às determinações éticas inseridas na profissão e o momento de ruptura e busca por um projeto hegemônico.

2 O Serviço Social e o debate Sócio-Histórico da Ética: Tendências Ético-Profissionais.

O Serviço Social no seu contexto histórico, apoiou-se em fundamentações teóricas e filosóficas para sua atuação e legitimação enquanto profissão, hoje inserida e reconhecida na divisão social e técnica do trabalho. Tais fundamentações influenciaram o trabalho e a formação profissional, na construção ético-política do Serviço Social, e estão presentes na contemporaneidade.

Para analisar as tendências éticas que permearam a profissão, faz-se necessário uma breve contextualização da profissão e seu cariz ético. Segundo Barroco (1999, p. 130) “as profissões são expressões particulares do movimento de (re) produção da vida social, onde se desenvolveram os projetos sociais e as tendências éticas”.

Marcado pela imposição teórica e pelo cariz acrítico, o Serviço Social traz em seu contexto histórico as injunções determinadas pelo sistema capitalista; frente às lutas sociais que se apresentavam a profissão e que tornaram-se objeto de ação profissional, os assistentes sociais se reorganizaram politicamente e legitimaram, perante a ética profissional, seu compromisso com a cidadania e a emancipação política do homem.

O Serviço Social na sua gênese é desenvolvido no país para atender as necessidades do capitalismo e do Estado, tendo por objetivo remediar as deficiências dos indivíduos no ajustar a população à ordem social que a ela era imposta. Neste período, vários movimentos sociais ocorriam devido à intensificação da industrialização e era necessário manter o controle e a submissão dessas pessoas.

Sob esta construção histórica e social da profissão, o perfil profissional estava agregado a uma ideologia neotomista e fortemente marcado por uma questão de classe, pois, as assistentes sociais pertenciam à classe burguesa. O trabalho do assistente social respondia a uma ideologia que estava presente e imposta na sociedade. Estabelecer a ordem e a manutenção social era uma das atribuições dos assistentes sociais. A população que vendia sua força de trabalho deveria reproduzir o que era exigido para manter a sociedade em harmonia.

Estas características conservadoras e tradicionais e toda influência traçada pela Igreja para a prática profissional está evidenciada no primeiro Código de Ética da profissão, em 1947, elaborado pela Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS). Segundo Barroco (2006, p. 95) neste Código de Ética “a ação profissional é claramente subordinada à intenção ético-moral dos seus agentes, entendida como uma decorrência natural da fé religiosa”, esse trecho evidencia o dogmatismo e o conservadorismo/positivista eminente na profissão, que permanecerá por algumas décadas na ação e formação profissional.

Estas marcas do conservadorismo podem ser vistas em 1962 quando a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) publica um livro intitulado “Código Moral de Serviço Social”, sendo de origem européia promovido pela União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS), com o objetivo de manter o cunho moralista conservador da profissão.

Nesta mesma década, em 1965, é publicado o segundo Código de Ética. Congruente ao tradicionalismo da época, registra uma pequena diferença em seu texto sobre a prática profissional, apresentando o pluralismo profissional e a democracia. Este período é marcado pela Ditadura Militar, que provocou muitas transformações sociais. Sendo assim, em 1975 reescreve-se o Código de Ética, retomando o tradicionalismo, caucionado pela imposição ditatorial, como também tendencial à fenomenologia (BARROCO, 2006).

O Serviço Social sempre respondeu as mudanças que ocorriam na sociedade, ou seja, sempre respondeu a cada momento histórico. Desta forma, a profissão vivenciava conflitos e embates endógenos na profissão, sendo esses marcantes no Código de Ética de 1986, quando este supera os códigos anteriores, refletindo sob a coletividade, a superação da visão acrítica, apresentando-se na luta de classes e no compromisso com a classe trabalhadora (BARROCO, 2006).

Neste período já se discutia na/para a ação profissional a teoria marxista, mas Barroco aponta que nesse Código há uma defasagem em relação ao avanço teórico-crítico da época, como também a ausência da teorização ética frente o marxismo.

A reflexão teórica marxista forneceu as bases para uma compreensão crítica do significado da profissão, desvelando sua dimensão político-ideológica, mas não a desvendou em seus fundamentos e mediações ético-morais; explicitou os fundamentos do conservadorismo e sua configuração na profissão, o que não se desdobrou numa reflexão ética específica. A prática política construiu, objetivamente, uma ética de ruptura, mas não ofereceu uma sustentação teórica que contribuísse para uma compreensão de seus fundamentos. (BARROCO, 2006, p. 177).

Perante as mudanças significativas no contexto político nacional, como a promulgação da Constituição Federal de 1988,

acontecia no Serviço Social promulgação da Lei que regulamenta a profissão - Lei nº 8662/1993 - concomitante a elaboração do quinto Código de Ética (1993), que se apresenta rompendo todos os resquícios de neutralidade frente ao compromisso ético, político e social da profissão no enfrentamento da (des) regulação social, do capitalismo explorador e coercivo e das expressões da questão social; indo ao encontro da classe trabalhadora e suas manifestações. Diante do avanço do neoliberalismo, Barroco (2006, p. 2006) afirma que “a partir de 1993, o Código de Ética passa a ser uma das referências dos encaminhamentos práticos e do posicionamento político dos assistentes sociais em face da política neoliberal e de seus desdobramentos para o conjunto dos trabalhadores”.

Outras questões permeiam o novo Código, como a liberdade, autonomia, emancipação, o pluralismo (rompendo com o ecletismo que assombrava a profissão) e o compromisso com a formação profissional, estando este congruente ao Projeto Ético-Político da profissão, como também, dando base para a revisão das novas Diretrizes Curriculares e Gerais para os cursos de Serviço Social.

Frente a todo contexto sócio-político que se fez presente para a construção dos Códigos supracitados, intrínsecos a eles estavam as fundamentações teóricas que permeavam o trabalho e a formação profissional. Tais fundamentações teóricas e suas principais características podem ser vistas a seguir:

Neotomismo: Baseada na ideologia de São Tomas de Aquino, promovia a recristianização, baseadas nas Encíclicas Papais – Rerum Novarum e Quadragésimo Anno.

Positivismo: O fato social é tratado como coisa e se apresenta coercitivo, análogo ao princípio da manutenção da ordem social, que se põe contrária a historicidade e as relações do homem sobre a sociedade.

Funcionalismo: Ajustar o indivíduo a sociedade, por meio de um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção, com metodologias de ação.

Fenomenologia: Interpretar a realidade a partir dos seus eidos, ou essências; o sujeito, através de sua subjetividade, mantém suas relações, as práticas humanas criam coisas, entendidas como

fenômenos. Reconhece o sujeito no processo de construção do conhecimento, mas não o identifica como sujeito histórico.

Teoria Sistêmica: Enfatiza princípios básicos de organização; nos sistemas sociais a totalidade é expressa pela interação mútua, ou seja, a relação de interação entre seus componentes.

Materialismo Histórico: Fundamentação do marxismo, busca nas formações sócio-econômicas e nas relações de produção os fundamentos verdadeiros das sociedades, reconhece a historicidade e a prática social do homem.

Antagônico ao projeto burguês, o Serviço Social depara-se com limites e possibilidades de ação e ética profissional, pois na cotidianidade as relações estabelecidas negam os projetos emancipatórios, visam a expansão do ideal neoliberal, desarticulando as políticas públicas e os direitos essenciais ao homem. Para Barroco (1999, p. 131):

Os limites e as possibilidades da ética profissional são dados, assim, pelas tendências estruturais e conjunturais da sociedade capitalista, em suas particularidades na sociedade brasileira, como, também, pela prática profissional orientada teleologicamente em função de um projeto coletivo.

Frente ao exposto até o momento, tem-se que o Serviço Social legitimou-se como profissão perante a diversidade ideológica e política. Presenciou um ecletismo marcante dentro da profissão, hoje, adotando o pluralismo. E frente a esta diversidade e as transformações sócio-econômicas da sociedade brasileira, o Serviço Social posiciona-se na contemporaneidade com o princípio ético engajado a seu cariz político pela luta social e busca da emancipação política do homem. Evidencia-se assim, o trabalho coletivo e o projeto profissional ético.

Mas devido embates políticos e ideológicos presentes na relação do Serviço Social e a classe dominante, surgem os desafios ético-políticos para a profissão na contemporaneidade.

3 Os desafios ético-políticos para o Serviço Social.

Na contemporaneidade, o Serviço Social apresenta-se em constante embate para a legitimação de sua ética profissional, como também pelo seu projeto político emancipatório, como explicitado acima. Estes embates são reflexos de um projeto

profissional que vai de encontro ao projeto burguês capitalista, que reproduz na superestrutura (ideologia) seu ethos antidemocrático, conservador, acríptico e classista. O resultado de este “ir contra a maré”, gera desafios ético-políticos à profissão.

Para uma melhor compreensão desses desafios tomar-se-á como aporte o trabalho realizado por Maria Lucia Barroco em 1999 no Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Essa autora aponta dois grandes desafios ético-políticos para a profissão.

O primeiro refere-se à compreensão dos fundamentos sócio-históricos da ética. Aqui a autora aponta a necessidade de compreender a ética construída na história, tendo como fundamento a práxis, pois é na práxis que acontece as relações do homem com o meio e entre outros homens, tendo a possibilidade de se reconhecer como ser social, capaz de ser livre e consciente. Para Lukács (1978 apud BARROCO, 2008, p. 26):

A liberdade, bem como sua possibilidade, não é algo dado por natureza, não é um dom do ‘alto’ e nem sequer uma parte integrada – de origem misteriosa – do ser humano. É o produto da própria atividade humana, decerto sempre atinge concretamente alguma coisa diferente daquilo que se propusera, mas que nas conseqüências dilata – objetivamente e de modo contínuo – o espaço no qual a liberdade se torna possível.

A liberdade configura-se através de escolhas de valores, direcionando a ações éticas rumo ao humano genérico, como também pode se configurar a ética alienante do sistema. Este é o ponto axial da discussão, a reflexão ética sobre a consciência dos valores humanos emancipatórios, rompendo com qualquer sinal da ideologia de legitimação de classe.

O segundo desafio apontado pela autora é a viabilização da ética profissional. A participação de um projeto profissional na sociedade deve articular-se com outros projetos que aponte para um objetivo comum, a ética e a liberdade. Através da práxis política, esta articulação entre projetos sociais, ou seja, ações coletivas de cunho ético emancipatório, possibilitam uma mudança significativa na estrutura social, podendo assim alcançar uma transformação social.

3.1 – Ética-profissional: respostas às demandas sociais.

As modificações e/ou transformações nas relações societárias e no mundo do trabalho, em meio a todo contexto histórico do Brasil e do Serviço Social, se apresentam como reflexo de uma economia que se modifica. Essas mudanças são explicitadas pela forma rígida de produção que conduzia o mercado e o governo, ou seja, a velha relação entre poder econômico e poder político, aqui apresentadas pelo sistema fordista/taylorista de produção que na década de 1980 passa por uma reestruturação. Apresenta-se nesse contexto o toyotismo e sua forma flexibilizada de produção. Esta mudança é especificidade do capitalismo, que neste período entra em crise e se apresenta com um novo modelo de produção. Muda o cenário das relações sociais, acrescenta-se o aumento do exército industrial de reserva, o subemprego, a terceirização e a tecnificação, sendo esta última justificada pela internacionalização comercial e de produção. O Brasil rumo à globalização e a pensamento neoliberal, conforme análise de Antunes (2006).

A partir da década de 1990 é engendrado na sociedade brasileira o neoliberalismo, uma forma de governo que potencializa as relações dos países economicamente desenvolvidos, mas expõe cultural, econômica, socialmente os países periféricos, com é o caso do Brasil.

Suas principais características podem assim ser apresentadas:

- Terceirização;
- Monetarismo;
- Desemprego estrutural;
- Apropriação da ciência e tecnologia como força produtiva;
- Transnacionalização da economia;
- Diminuição dos investimentos em políticas sociais, favorecendo sua mercantilização e redução da presença do Estado na sua efetivação;
- Privatização dos bens públicos;

Tais características podem também ser vista por todos através do desemprego; da falta de acesso aos recursos de saúde, saneamento básico, educação; acúmulo de pobreza; violência;

intolerância e disparidades étnica, racial, religiosa e de gênero, e ainda a desumanização do homem (IAMAMOTO, 2008). Essas ultrapassaram o século, pois:

No alvorecer de um novo século, os espaços ocupacionais e as fronteiras profissionais, enquanto resultantes históricos – e, portanto, móveis e transitórios – sofrem significativas alterações. Elas são indissociáveis dos processos da reestruturação produtiva e gerencial das empresas e do aparelho do Estado, da intensificação e desregulamentação do trabalho, da investida contra a organização dos trabalhadores. Tais mudanças vêm ocasionando a perda de direitos e conquistas sociais históricas, impulsionadas pela reorganização do Estado segundo os preceitos liberais. (ibidem, p. 229-230).

Estas transformações estão presentes no cotidiano do assistente social, seja nas instituições públicas, privadas lucrativas ou não lucrativas, nos movimentos sociais, entre outros espaços. Como resposta a isso, exige-se que o profissional tenha competência crítico-propositiva para atender a essas demandas, através de ações potencializadoras da democracia e dos direitos sociais; com compromisso ético-político frente à sociedade e a categoria.

Mas pensar neste compromisso ético-político requer um aporte legal, um eixo sustentador para o enfrentamento da desregulação social acima citada. Retomemos aqui o Código de Ética de 1993.

Com base em seus princípios norteadores como a liberdade, democracia, igualdade social, entre outros; o código profissional dispõe de vias de sustentação ético-política ao trabalho profissional. Perante a ética profissional Barroco aponta que:

A ética se objetiva na intervenção profissional, teoricamente (através de uma dada concepção ética crítica e histórica); praticamente (através das ações que viabilizem a apropriação, por partir dos indivíduos, de suas capacidades e potencialidades, de suas necessidades e direitos). Na medida em que a ética profissional vincula-se a um ideário emancipatório, objetiva contribuir para a preservação desse ideário, buscando alargar as suas bases na sociedade, junto aos movimentos e sujeitos

defensores destes valores e desse projeto, o que é evidentemente um objetivo ético-político. (ibidem, 2008, p. 230)

Esta idéia de intervenção na/da realidade apoiada nos princípios éticos, é sustentada e compartilhada, também, por Yamamoto:

A efetivação desses princípios remete à luta no campo democrático-popular por direitos que acumule forças políticas, base organizativa e conquistas materiais e sociais capazes de dinamizar a luta contra-hegemônica no horizonte de uma nova ordem societária, em que o homem seja a medida de todas as coisas. E os princípios éticos, ao impregnarem o exercício cotidiano, indicam um novo modo de operar o trabalho profissional, estabelecendo balizas para sua condução nas condições e relações de trabalho em que é exercido e nas expressões coletivas da categoria profissional na sociedade. (ibidem, 2008, p. 226)

Como pode ser analisado a partir dessas citações, a atuação profissional requer um compromisso ético, reconhecendo o homem como ser social em suas relações, desenvolvendo condições de liberdade, autonomia e sociabilidade, permitindo assim, que este desenvolva suas potencialidades, que (re) construa sua história. Atuação esta realizada nos espaços de ações coletivas.

Isso se expressa através de seus projetos de fortalecimento a mobilização e organização social de seus usuários podendo contribuir desse modo à efetivação do princípio da autonomia e emancipação dos indivíduos sociais bem como o da ampliação e consolidação da cidadania. Essa perspectiva é reforçada pelas ações de defesa de direitos, consolidação da cidadania e organização política aliada aos movimentos sociais que essas organizações apresentam na sociedade. (OLIVEIRA, 2005).

O trabalho profissional do assistente social, partindo destas ações coletivas fundamentadas nos princípios ético-políticos, legitima o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Segundo Netto (1999) este projeto faz parte de uma história recente do Brasil e da

profissão. Tudo inicia na década de 1970 perpassando à década de 1980 quando a profissão se posiciona contrária ao conservadorismo profissional, fazendo presente na contemporaneidade.

Este Projeto Profissional, que é considerado projeto societário, está baseado em fundamentos congruentes ao Código de Ética de 1993, na construção da cidadania, no reconhecimento da liberdade, o compromisso com a autonomia e a emancipação política social dos indivíduos - ser social. Outras questões permeiam este compromisso profissional, como a competência e o aprimoramento profissional, com formação acadêmica qualificada e com os serviços prestados.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social se apresenta abrangente e inacabado, pois, é algo em construção que concomitante à realidade do país sofre por mudanças de acordo com as exigências apresentadas à profissão. Mas há algo de extrema relevância que Netto (1999) discute frente a este Projeto, é o seu antagonismo a ordem societária burguesa neoliberal, para ele “[...] este projeto profissional vinculou-se a um projeto societário que, antagônico ao das classes possuidoras e exploradoras, tem raízes na vida social brasileira” (ibidem, p. 106).

Para melhor compreensão sobre o projeto profissional do assistente social e sua relação com o homem e a sociedade, Iamamoto aponta que:

[...] as dimensões sócio-históricas e ético-políticas do projeto profissional têm conseqüências: supõem uma visão de mundo, articulada a uma ética correspondente e se liga a uma ação no sentido de interferir no comportamento dos homens, no enfrentamento dos conflitos sociais. (IAMAMOTO, 2008, p. 230).

Desta forma, o assistente social engajado na efetivação de seu projeto profissional deve se posicionar criticamente perante as relações sociais determinadas, através de seu compromisso ético-político, do conhecimento teórico-metológico e técnico-operativo, promovendo ações que legitimem e efetive a transformação social, como aponta Barroco ao analisar a ética como conhecimento crítico:

Como conhecimento crítico, pode contribuir para o desvelamento da moral dominante, de suas contradições, das normas abstratas, da coisificação das motivações éticas, no sentido de identificar os fundamentos históricos da alienação moral e apontar estratégias de enfrentamento ético-político das condições adversas do presente, orientadas por uma projeção do amanhã. (ibidem, 2008, p. 84)

Assim, o trabalho do assistente social congruente ao projeto profissional do Serviço Social deve elencar a valoração ética humana, pois em sua historicidade a profissão se moldou, se movimentou e articulou frente à realidade de cada momento histórico; superou o endogenismo profissional, rompendo como o conservadorismo e o messianismo filantrópico religioso incrustado no trabalho profissional; posicionou-se sob o agir imposto pelo Estado e burguesia, projetou-se no cenário político junto as políticas sociais, e hoje se faz presente na construção da emancipação política do homem.

NETO, C. T. C. The challenges of the ethical subjects in the Social Service front the capitalism. *Serviço Social & Realidade* (Franca), v. 18, n. 1, p. 25-42, 2009

ABSTRACT: The present article brings to discussion the ethics in the Social Service, the ideological injunctions, the societal transformations, the philosophical slopes and the professional work of the social worker in face of capitalist social and economical relationships. It points the generic-human capacity and their ethics, morals and freedom categories; and still the political legitimation of the profession according to its ethical-political commitment, in the recognition of the man as a social being and the challenges introduced to the social worker nowadays.

KEYWORDS: capitalism. challenges. ethics. Social Service.

Referências:

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2006

BARROCO, Maria Lucia. Os fundamentos sócio-históricos da ética. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social Política Social. Brasília: UnB, 1999, Mod. 02, p. 119-136.

_____. *Ética e Serviço Social: Fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Ética: fundamentos sócio históricos*. São Paulo: Cortez, 2008.

CAPALBO, Creuza. Fenomenologia: tendências históricas e atuais. *Caderno Abess*. São Paulo, v. 4, n. 1, p. 23-36, jul. 1995.

CAPRA, Fritjot. *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 17. ed., 1996.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2005.

DANTAS, José L. Perspectivas do funcionalismo e seus desdobramentos no Serviço Social. *Caderno Abess*. São Paulo, v. 4, n. 1, p. 37-63, jul.. 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço Social em tempo de capital fêtiche: Capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2008.

LUCKÁCS, G. *As bases ontológicas da atividade humana*. São Paulo: Ciências humanas, 1978 (Col. Temas)

_____. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980. Livro I, t. 1.

MÉSZÁROS, I. *Marx: a teoria da alienação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

OLIVEIRA, Livia Maria. *A materialização do projeto ético-político do Serviço Social no cotidiano profissional de assistentes sociais em ONG's de Mossoró-RN*. Disponível em:

<http://www.redepardal.com.br/arearestrita/sistema_de_download/arquivos/arq48ca6b2f1aa60.pdf>. Acesso em: mar. 2009.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social. Brasília: UnB., 199, Mod. 01, p. 91-110.

REIS, Marcelo Braz Moraes. *Notas sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social*. Disponível em: <http://locuss.org/joomllocuss/index.php?option=com_dosman&task=doc_download&gid=21&Itemid=36>. Acesso em: mar. 2009.

SILVA, Sonia Aparecida I. *filosofia moderna: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 1992.

TRIVINOS, Augusto N. Silva. *Introdução à pesquisa nas Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

YASBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria O. da S. e. Das origens à atualidade da profissão da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. In: CARVALHO, Denise B. Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Orgs.). *Serviço Social, pós graduação e produção de conhecimento no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.

Artigo recebido em 04/2008. Aprovado em 05/2009.